

**NOS 'ESTRATOS DO TEMPO', UMA ESCRITA DE
PRÓPRIO PUNHO: IDENTIDADES E REPRESENTAÇÕES
NUMA CARTA DE IMIGRANTE (ANTÔNIO PRADO/RS)**

**IN THE 'SEDIMENTS OF TIME', A HANDWRITING: IDENTITIES
AND REPRESENTATIONS IN AN IMMIGRANT LETTER
(ANTÔNIO PRADO/RS)**

Manuela Ciconetto BERNARDI*
Aline Marques de FREITAS**
Terciane Ângela LUCHESE***

Resumo: Estudo de identidades e representações produzidas pela análise da carta do imigrante italiano Pedro Da Poian, redigida em 1974, em Antônio Prado, Rio Grande do Sul. Procedemos à análise do discurso a partir de Orlandi (1996, 2003) e Payer (2009) em diálogo com História Cultural. A carta narra uma história dos imigrantes e faz um brevírio geral do processo, apresentando um jogo de representações: história e memória. Publicada nas comemorações do centenário de Antônio Prado, foi recebida pelos pradenses como sua identidade, reafirmando representações coletivas. Assim, a memória é apropriada e intenta fixar identidades e representações desejadas da imigração italiana.

Palavras-chave: História Cultural; Análise do discurso; Carta de imigrante; Imigração Italiana.

Abstract: Study of identities and representations produced by the analysis of the letter of the Italian immigrant Pedro Da Poian, written in 1974, in Antônio Prado, Rio Grande do Sul. We proceeded to the discourse analysis based on Orlandi (1996, 2003) and Payer (2009) in dialogue with Cultural History. The letter narrates a history of the immigrants and gives a general overview of the process, presenting a game of representations: history and memory. Published during the celebrations of the centennial of Antônio Prado, it was received by the citizens of Prado as their identity, reaffirming collective representations. Thus, memory is appropriated and attempts to fix identities and desired representations of Italian immigration.

Key words: Cultural history; Discourse analysis; Immigrant letter; Italian immigration.

Introdução

* Doutoranda em Educação - Programa de Pós-graduação em Educação - Universidade de Caxias do Sul - UCS. Caxias do Sul, RS - Brasil. Bolsista CAPES. E-mail: mcbernardi1@ucs.br.

** Mestre em Educação - Programa de Pós-graduação em Educação - Universidade de Caxias do Sul - UCS. Caxias do Sul, RS - Brasil. E-mail: alinemarquesdefreitas@gmail.com.

*** Doutora em Educação - Programa de Pós-graduação em Educação - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, UNISINOS. São Leopoldo, RS - Brasil. E-mail: taluches@ucs.br.

O tema das migrações, em especial dos processos migratórios ao final do século XIX e início do século XX, foi abordado por diferentes estudiosos no Rio Grande do Sul. Muitos deles produzidos na e sobre a Serra Gaúcha abordam questões migratórias, e em virtude da colonização, dão especial atenção aos italianos, com ênfase na trajetória, estabelecimento e primeiras décadas no Brasil. Há um número considerável de publicações que se configuram como estudos memorialísticos (PAZUCH, 2015) ou genealógicos. Alguns, adentram em questões identitárias e nas representações produzidas por e entre comunidades étnicas, sendo que uma porcentagem também advém de fontes produzidas pelos próprios sujeitos migrantes que, apesar de raras, se constituem como suportes de uma memória (NORA, 1993).

Este estudo mobiliza como *corpus* empírico, uma carta escrita em 30 de outubro de 1974, por Pedro Da Poian, imigrante e alfaiate estabelecido em Antônio Prado, Rio Grande do Sul. A carta foi publicada em um jornal local em 1985, como analisaremos adiante. Cabe ressaltar que na carta Da Poian trata do processo migratório e de colonização, ocorrido ao final do século XIX e primeiras décadas do XX, mas escreve na década de 1970 e ela foi publicada posteriormente. Assim, pensamos que se trata de um documento marcado pelos ‘estratos do tempo’ que Koselleck (2014, p. 9) afirma remeter a “diversos planos, com durações diferentes e origens distintas, mas que, apesar disso, estão presentes e atuam simultaneamente”. Como fundamentação teórica mobilizamos autores vinculados à História Cultural como Burke (1992), Chartier (1991, 2002a, 2002b), Hall (2006), Le Goff (1990) e Revel (2009) além de outros que dialogam para a discussão deste texto. Metodologicamente procedemos com a análise do discurso da carta, considerando contribuições de Orlandi (1996, 2003), Guimarães (2015) e Payer (2009). Alguns dos conceitos mobilizados foram: sujeito, memória, apropriação, identidade e representações, com ênfase nos dois últimos. O objetivo foi investigá-los com base na carta e nos elementos que dela emergem. Intentamos compreender a construção e reafirmação da identidade dos sujeitos de uma comunidade, através da apropriação da memória coletiva. Pensamos que se trata de um complexo jogo de representações, em virtude da singularidade de uma carta produzida por um imigrante e das possibilidades de discussão advindas dela.

A carta, como documento histórico, permite entrever um outro tempo e espaço, aquele de sua produção, que fixou um sentido e um modo de pensar e narrar, pelas memórias do autor, as vivências da migração. Como afirma Ionta (2004, p. 84) as cartas “datadas e localizadas, guardam consigo os sinais de um momento, fixam a experiência

no tempo e no espaço”. A carta envolve a escrita, o registro. A missiva pensada como escritura, portanto como “atividade concreta que consiste, sobre um espaço próprio, a página, em construir um texto que tem poder sobre a exterioridade do qual foi previamente isolado” (CERTEAU, 1994, p. 225). Quanto a esta, o emissor a separa de duas formas, resumindo a sua trajetória pessoal como migrante e o histórico da localidade que se estabeleceu, o município de Antônio Prado - RS. Supomos que Da Poian, como o chamaremos, realizou a produção sem o conhecimento do que posteriormente a carta representaria, já que após 11 anos de sua escrita, em 1985, a mesma foi divulgada no jornal local *Panorama Pradense* sendo utilizada devido ao discurso ali contido e concomitante a comemoração do centenário de Antônio Prado – RS, com o propósito de reafirmar a identidade coletiva do grupo social.

Diálogos entre a História Cultural e a análise do discurso

Sabe-se que as fontes que chegam aos dias atuais não correspondem à totalidade do que existiu no passado, sofrendo inferências do tempo e dos sujeitos. São plenas de relações de poder e saber. Além disso, as mesmas eram analisadas de maneira distinta até as proposições surgidas pela “nova” História Cultural que, no contexto de uma renovação historiográfica, inseriu novas perspectivas de estudos (BURKE, 1992), indo contra a abordagem puramente política e positivista, presente em investigações anteriores (LE GOFF, 1990), agora “desviando a atenção das hierarquias para as relações, das posições para as representações” (CHARTIER, 2002a, p. 14), com princípios e fundamentos teórico-metodológicos que dialogam para uma pesquisa interdisciplinar (LE GOFF, 1990).

Com o tratamento de novos objetos, enfoques e métodos (BURKE, 1992), abriram-se rumos e caminhos de investigação antes não percorridos, possibilitando ao pesquisador a exploração de novos e/ou velhos territórios vistos agora sob outros problemas investigativos. Podemos dizer que a História Cultural a partir da concepção de Chartier (2002a) “[...] tem por principal objetivo identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma realidade social é construída, pensada, dada a ler” (2002a, p. 16-17), que mostra a amplitude e as possibilidades situadas na ênfase dada a uma investigação sobre o meio social.

É possível perceber uma redefinição da noção de cultura (REVEL, 2009), pensando-se em culturas. A História Cultural permite pensar a polissemia do conceito de

cultura, sua pluralidade. Também como um conjunto de significados construídos pelos sujeitos nas suas interações, conforme apontado por Hunt (2001). Sujeitos que compartilham sentidos, mas que da mesma forma possuem particularidades e agem à sua maneira. Variações no tempo, espaço, sociabilidades, hábitos, modos de viver e pensar. A identidade dos sujeitos é constituída com base nas relações entre as representações compartilhadas e reconhecidas, que por vezes, foram impostas (CHARTIER, 1991), pois são marcadas pelas relações de poder (HALL, 2006) e, esses elementos analisados e/ou pensados pelo pesquisador ampliam a abordagem interpretativa.

Ademais se o sujeito se torna um ser social “formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais ‘exteriores’ e as identidades que esses mundos oferecem” (HALL, 2006, p. 11), a noção de sujeito estará centrada em uma identidade produzida pela construção coletiva ligada às representações, entendidas aqui como “matrizes de práticas construtoras do próprio mundo social” (CHARTIER, 1991, p. 183). Em suma, representar é processo de significação do real, como ato cognitivo de uma construção do real, de uma identificação com o lugar social, e estas representações compreendem a noção do próprio sujeito bem como do meio. Por conseguinte ela é o resultado de um esforço coletivo produzido nas interações entre os sujeitos, fixando a existência de uma realidade social.

Realidade que, por ser intangível, chega aos outros sujeitos através da representação de quem o faz, e um dos meios para isso é o uso da linguagem – que, pensando na linguística, é um sistema de signos (ORLANDI, 1996). A mesma autora, define que é no discurso que a vida se coloca em questão, sendo a produção discursiva uma interpretação e significação. Já a análise do discurso se caracteriza como a compreensão da “língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história” (ORLANDI, 2003, p. 15), sendo possível inferir que o emissor se constitui e representa o outro pelo discurso, sendo este um processo identitário, com marcas do sujeito e do outro pela produção, além de demarcar a apropriação que é estabelecida pelas relações de aceitação, incorporação e resistência. Quanto a estes, Chartier (2010, p. 49) aponta que

O objeto fundamental de uma história que se propõe reconhecer a maneira como os atores sociais dão sentido a suas práticas e a seus enunciados se situa, portanto, na tensão entre, por um lado, as capacidades inventivas dos indivíduos ou das comunidades e, por outro, as restrições e as convenções que limitam – de maneira mais ou

menos clara conforme a posição que ocupam nas relações de dominação o que lhes é possível pensar dizer e fazer.

Percebe-se uma ênfase aos atores sociais que exorta à nós pesquisadores acerca da investigação que devemos realizar ao articular os discursos e as práticas, compreendendo que ao vincular ambos, é necessário refletir sobre o contexto, a produção, a recepção e o suporte dessas representações. Para Chartier (1991, 2002a) a apropriação é construída através de descontinuidades, pois deve ser entendida dentro das formas diferenciadas de interpretação do leitor, que não é ingênuo e está imerso em um contexto social, cultural e assim faz uma elaboração própria, mas regulada entre o vivido, o percebido e o concebido.

Assim, as práticas, no caso aqui de escritura e de leitura e - possível - recepção são “complexas, múltiplas, diferenciadas, que constroem o mundo como representação” (CHARTIER, 2002a, p. 28). A construção discursiva por Orlandi (1996) também é trabalhada tendo em vista ser um conjunto de códigos complexos que irão permear vários aspectos do meio social. Dessa forma, entre as condições para a recepção e, por fim consolidação de uma identidade cultural, encontra-se a memória, “que também faz parte da produção do discurso” (ORLANDI, 2003, p. 30), tanto individual como coletiva, que interfere e, por isso, regula as formas de apropriação. Entendemos que a própria memória é fruto desse jogo de representações, pois é constituída pela forma que o mundo é percebido e condiciona as formas que o mundo percebido será representado, visto que uma das premissas para que a relação de representações ocorra é a existência de convenções compartilhadas que estabelecem a relação entre signo e significado (CHARTIER, 2002b).

A busca por uma identidade de um grupo tem interesses diversos, principalmente para tornar um grupo mais forte e coeso. “A afirmação da identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo dos diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais” (SILVA, 2000, p. 81). A história familiar passada pela oralidade através do esforço da memória precisa ganhar um sustentáculo mais perene quando esses interesses estão mais latentes ou quando as reminiscências ficam distantes dos acontecimentos que as fundamentam, assim,

Enquanto uma lembrança subsiste, é inútil fixa-la por escrito [...] A necessidade de escrever a história de um período, de uma sociedade, e mesmo de uma pessoa desperta somente quando eles já estão muito distantes no passado, para que se tivesse a oportunidade de encontrar

por muito tempo ainda em torno de si muitas testemunhas que dela conservem alguma lembrança. Quando a memória de uma sequência de acontecimentos não tem mais suporte de um grupo [...] quando ela se dispersa [...] então o único meio de salvar tais lembranças, é fixa-las por escrito em uma narrativa seguida uma vez que as palavras e os pensamentos morrem, mas os escritos permanecem. (HALBWACHS, 1990, p. 80-81)

O autor é categórico quanto a memória, sendo que do fato ocorrido, ela necessitaria de uma distância temporal razoável para que seu registro seja necessário a ponto de tornar-se útil, salvaguardada em um suporte, já que estaria ameaçada pelas lembranças dos sujeitos. Dirigindo-se ao nosso *corpus*, de fato, passado mais de meio século, a carta adquire importância alicerçada pelas comemorações do centenário do município, momento em que foi necessário reafirmar uma história. Concebemos que a História Cultural e a análise do discurso possuem muitos pontos de contato, e assim exploramos alguns, como é o caso da abordagem do sujeito como um ser social, em que processo identitário é construído de maneira dispersa, mutante, em um constante movimento entre as relações que ocorrem com o meio (HALL, 2006; ORLANDI, 1996, 2003). Explicitados alguns dos referenciais teóricos-metodológicos e conceituais da pesquisa, passamos para a análise do contexto da produção discursiva.

O emissor e o contexto histórico da produção discursiva

Pietro Da Poian, o autor da carta, nasceu em 12 de setembro de 1888 no *comune* de Sedico, província de Belluno na Itália, sendo o sexto e último filho de Giuseppe Da Poian e Gioseffa Celeste Da Riz. Em conjunto com seus irmãos e conterrâneos emigrou com pouca idade para Antônio Prado - RS. A família se estabeleceu na Linha 10 de Julho, interior do município e posteriormente adquiriu propriedades na sede da localidade. Na figura a seguir apresentamos o grupo familiar de Da Poian:

Figura 1 – Família Da Poian



Fonte: acervo da Família De Poian, cedida por Sérgio De Poian

Na figura 1, em pé estão Luigi, Teresa, Luigia e Pietro Da Poian, autor da carta analisada. Sentados, Giuseppe, Giuseppe Olivo e Giuseffa De Poian. A data provável do registro é 1922. Pietro, ou Pedro como passou a ser chamado no Brasil, não se casou e exerceu a profissão de alfaiate, tendo falecido em 09 de agosto de 1975, em Antônio Prado, na serra gaúcha, um ano após escrever a carta. Em 1984, a terra em seu nome foi doada por herdeiros à municipalidade que construiu o “Parque municipal de recreação Pedro da Poian”. A figura a seguir permite vislumbrar o retrato da família de Da Poian, com data estimada de 1922.

Quanto ao contexto, Antônio Prado é município localizado no nordeste do Rio Grande do Sul, foi “a sexta e última das chamadas antigas colônias da imigração italiana” (BIAVASCHI, 2011, p. 174) a ser criada no Estado. A fundação e estabelecimento dos primeiros imigrantes ocorreu a partir de 1886, sendo em sua maioria italianos (PETROCCHI, 1904) seguido de poloneses. Com rápida ocupação dos lotes e desenvolvimento, conseguiu autonomia administrativa para, em 11 de fevereiro de 1899, ser emancipada do município de Vacaria – RS (BIAVASCHI, 2011). A partir

da emancipação, ocorrem mudanças em diversos aspectos, modificações seguem até meados da década de 1910, quando inicia a 1ª Guerra Mundial, este e fatores discutidos a seguir, como o êxodo, fez com que fosse instaurada uma recessão econômica de proporções consideráveis na localidade.

Com uma população composta de 87% dos residentes morando na zona rural (RELATÓRIO, 1916), a localidade assim como o restante da região (LA LIBERTÀ, 1910), sofreu com o êxodo de parte da população¹ passando de 10.000 habitantes (A FEDERAÇÃO, 1909) em 1909 para 7.500 residentes em 1916. A estagnação ocorreu em diversos setores e a recuperação Pós-Guerra da localidade se daria paulatinamente com a entrada da década de 1920. Porém, a situação se estendeu com brigas políticas, aumento de impostos e culminou na “Revolta de 1936”, momento em que os habitantes se opõem ao Governo local, resultando em um violento conflito, com mortes e prisões (GUZZO; DOTTI, 1998).

Desviando a atenção do contexto, para refletir sobre os sujeitos deste meio, é possível estabelecer que algumas “figuras públicas” permaneceram muito tempo nos seus respectivos cargos, e/ou estiveram envolvidos em fatos guardados na memória da localidade. É o caso do Intendente Innocencio de Mattos Miller que assumiria o município por 24 anos a partir de 1899, licenciando-se apenas entre 1907 e 1910 (BIAVASCHI, 2011), um claro indício das práticas comuns de coronelismo e permanência no poder de políticos do PRR apoiados por Borges de Medeiros. Ou mesmo, o Padre Carmine Fasulo que desde a sua chegada recebeu uma violenta oposição da comunidade, culminando na sua expulsão e lenda da “maldição do padre”², ainda é possível destacar Caetano Reginatto, ex-professor do município que assumiria como Intendente em dezembro de 1922, sujeitos e fatos que Da Poian explora ao longo do seu discurso. Essas informações sobre o autor e o contexto histórico de produção discursiva são fundamentais para a compreensão contextualizada do discurso.

A carta de Pedro da Poian

Da seleção e forma de narrativa de Da Poian, emergem memórias e reflexões de sua experiência. O emissor descreve elementos da sua vida, seu entorno, do ponto de vista dele como habitante de Antônio Prado, modos de viver e relações que são estabelecidas entre os agentes históricos. Mesmo nos enunciados de sua vivência

individual, a sua memória traz elementos da coletividade, pertencendo a uma lembrança coletiva (HALBWACHS, 1990), também apontado por Payer (2009, p. 38) quando explora a relação do sujeito com língua, “eles produzem efeitos de sentido que têm aparência de pessoais, mas que se constituem, entretanto, também eles, nos lastros da memória coletiva”.

Cabe explicar que optamos pela análise de “recortes”, os quais identificamos numericamente no texto e na carta para sua localização, sem transcrevê-los novamente, pois julgamos que a transcrição completa do *corpus* importa para uma compreensão global. A escolha dos “recortes” no *corpus* é pautada no autor Guimarães (2015) que o situa como um aspecto importante para análise. A carta de Pedro da Poian, subcitada, foi transcrita do jornal *Panorama Pradense* datada de fevereiro de 1985, como mencionado anteriormente e o mesmo se encontra arquivado no Arquivo Histórico de Antônio Prado juntamente com todas as edições do jornal.

CARTA DE UM IMIGRANTE

Nas comemorações do CENTENÁRIO DE A. PRADO, aproximando-se a data de 14 de maio de 1986 – CEM ANOS DE FUNDAÇÃO DESTE MUNICÍPIO – NADA MELHOR do que este documento histórico, aqui reproduzido na íntegra, pela primeira vez, adendo a História desta comunidade.

Autor: Pedro da Poian. Data: 30 de outubro de 1974. Esta carta foi encontrada entre os papeis de Dna. Ildegonda Letti e entregue aos familiares, no dia do falecimento da veneranda senhora.

“Saímos da Itália no dia 11 de novembro de 1892 e chegamos em Antônio Prado, em 25 de janeiro de 1899. Nossa família era da comuna de Sédico, província de Beluno- Vêneto. Era a última leva de imigração, composta de venetos e lombardos, alguns poucos de Trieste.

Embarcamos (3) em Genova com uma “escuna” e desembarcamos em Santos e, ali, logo recebemos a visita dos fazendeiros paulistas que sempre quando da chegada de um navio de imigrantes, eles vinham com promessas para ir trabalhar nas fazendas e prometiam casa e comida e terras para trabalhar, mas o imigrante encontrava um rancho de barro, coberto de palha sem assoalho e aí o imigrante não podia mais sair, porque não tinha dinheiro.

Nós também quase fomos enganados, tanto que fomos embarcados no trem mas, quando chegamos a primeira etapa, nos perguntaram para onde nos dirigíamos e respondemos: para Caxias, no Rio Grande do Sul. Aí nos mandaram voltar e fomos embarcados, num vapor para Porto Alegre. Daí em outro vapor fomos para São Sebastião do Caí e de lá, nas carretas até Caxias. Daí até o travessão Alfredo, em cima do morro das Antas, partimos à cavalo. Os guris nas bruacas e eu fui um destes meninos, até o fim da viagem em A. Prado, onde nos alojaram no Barracão.

Este Barracão, não lembro bem, mas calculo que tinha 40 metros de comprimentos por 15 metros de largura, com dois pisos e uma cozinha de cada lado. Já estava ocupado por algumas famílias de polacos. O Barracão estava contagiado da doença variola e foi, eram suspeitos os polacos de terem trazido a doença.

A minha família também foi contagiada. Meu irmão mais velho, o primogênito por ser dos doentes mais graves, levaram ele para uma casa que tinha ali perto e botaram ele no porão, no chão e ali ele morreu que nem um animal. Uma minha irmã, porque não era um caso grave, colocaram em cima, do sótão. Esta escapou, mas ficou marcada. Ficamos no barracão, um ano e

meio, enquanto a comissão de colonização fazia a medição (das terras do futuro município de A. Prado).

Os imigrantes em parte tinham escolhido aqui do lado da Linha Amarello e tinham escolhido e começado a roçar, mas logo apareceu uns caboclos e mandaram parar porque disseram, aquele terreno era deles (5). Lá tinha algumas casas, daqueles que vieram antes. Ali houve a primeira briga. Um colono estava fazendo uma picada dentro do mato e apareceu um daqueles caboclos e mandou parar. Houve uma discussão, até que este caboclo pegou o colono e amarrou-o no rabo do cavalo que o arrastou até ele morrer.

Me lembro bem que nós guris fomos vê-lo, que ele foi exposto num galpão do escritório da colonização. Este homem era o pai de Caetano Reginato.

Enquanto os imigrantes esperavam pelas terras, trabalhavam no serviço do governo, as mulheres “puxavam” carrinho de mão para fazer a praça, os homens nas estradas (Alô nova geração pradense: Não esquecer nunca que nossa praça Garibaldi foi feita com suor e o sangue de nossas avós italianas!) (7). Meu pai estava arrancando pedra para uma ponte e talvez por pouco cuidado, estando fazendo mina, ele em cima e a mina explodiu e ele queimou os olhos e daquele instante em diante, ficou completamente cego. Foi levado a P. Alegre e não adiantou nada, viveu até os oitenta anos, 48 sem ver nada, completamente nada.

Felizmente o diretor da colonização teve pena de nossa desgraça, deu esta chácara onde nós moramos (Frente a Praça Giuseppe Da Poian), e mandou construir a casa, por conta do governo. Este homem chamava-se José Montauray que foi depois Prefeito de P. Alegre.

Mas quando A. Prado fez sua independência (emancipação – 11 de fevereiro de 1899), o primeiro intendente nos obrigou a pagar a propriedade. Era o Inocencio Miller.

Quando terminaram de medir as terras, para a nossa turma só ficaram as piores, lá pelo vale do rio da Prata, onde não tinha nem um pedacinho plano, para colocar uma casinha, tínhamos que fazer escavação nas encostas dos morros, dos montes. Ali se haviam colocado também as famílias do nosso atual governador Triches. As melhores terras, já estavam ocupadas por aqueles imigrantes que vieram antes.

A minha família, instalada que foi na chácara, minha mãe trabalhava como lavadeira, minhas irmãs empregaram-se nas casas dos funcionários da colonização. Meu irmão mais velho colocou-se numa ferraria para aprender o ofício, onde esteve dez anos. O segundo (irmão) foi mandado por um padre, estudar num colégio por sua conta, porque achou que ele tinha vocação para padre. Eu levava papai para pedir esmolas. Tinha sete anos e assim fiquei até os dez.

De treze anos me mandaram aprender o ofício de alfaiate, alguns meses aqui e depois fui me aperfeiçoar em Vacaria.

E AGORA UM POUCO DA HISTÓRIA DE ANTONIO PRADO.

Naquele tempo a terra produzia muito e não tinha saída por falta de estradas e o pouco consumo.

A saída que tinha era com alguns tropeiros que levavam para Vacaria, Bom Jesus, Lages até Campos Novos ou São Sebastião do Caí. Depois começou as carretas e aí precisava de um velho carreteiro para contar o inferno que eles passaram e as pobres mulas como eram massacradas quando não eram capazes de puxar as carretas nos atoladores da estrada.

As mulheres dos colonos quando precisavam de alguma “coisa” como café, açúcar (o café era guardado para algum caso de doença) ou linha, coisas assim, carregava num cavalo um saco de milho e percorria toda a vila, oferecendo a quem quisesse comprar e não encontrando comprador, no fim deixava em qualquer lugar para não levar de volta. Também o vinho que começava a ser produzido, não havia comprador, salvo algum pouco que os tropeiros levavam se não era consumido em casa ou nas bodegas. Logo depois da chegada dos imigrantes mandaram um padre que chamava-se Don Alessandro Pelegrini, um verdadeiro padre, bom e humilde, nada de fanatismo, fazia sua obrigação e não se intrometia em causa nenhuma. Foi aquele padre que se comprometeu pagar o colégio para o meu irmão.

Neste tempo aconteceu um caso na Capela do Caravagio, no Município de Farroupilha (Nova Vicenza). Houve um escândalo de um padre com uma moça e este padre foi transferido para cá. Chamava-se Dom Carmine Fasulo, homem de muita lábia, violento, intolerante, mas

como era muito caprichoso nas cerimônias religiosas, o povo gostava dele e não importava que do púlpito tratava a todos por “salame”. Era a sua “frase” preferida.

Havia nesta paróquia, uma zona que ficava longe da sede e os colonos de lá lutavam para a criação de outra paróquia e naquela zona, havia duas capelas que disputavam a preferência, o Pe. Carmine aproveitou a oportunidade para ser pároco da sede.

Foi lá, uniu os habitantes e combinaram de fazer a sede da nova paróquia no meio das duas que estavam em litígio, Saiu a paróquia na qual botaram o nome de Nova Roma e mudaram para lá o velho Pelegrini que durou pouco e morreu.

Existia aqui um homem que não era propriamente um mestre de música, mas muito prático e entusiasta, chamado Pedro Cagliari que organizou uma banda e saiu uma das melhores desta região. Como todos eram bons católicos, deviam obediência ao padre (6).

Em vista disso o Intendente mandou vir de Caxias um verdadeiro mestre e formaram outra banda igual a outra que já existia aqui. Formou-se então a divisão do povo da cidade e o padre cada vez mais brabo, berrava do púlpito, até aconselhando os bons católicos que não deviam servir nas casas daqueles que não frequentavam a Igreja.

Foi assim que um grupo destes anticlericais que estavam de farra, sabendo que o Pe. Carmine estava numa festa em uma Capela, sequestraram-no e lavaram-no até o Passo do Zeferino e tocaram-no para fora do município. E assim fizeram. Foram lá onde estava hospedado o padre. Eram altas horas da noite e o padre estava dormindo. Mandaram que ele levantasse, encilharam a mula e tocaram para o Passo do Zeferino.

A turma era de 8 pessoas e como estavam de farra, já andavam um pouco tocados e no caminho se espalharam, ocasião que o padre se escapou e bateu na casa de um colono, em outra Capela.

Quando foi de manhã, os colonos estavam cientes do caso, se juntaram. Uma tropa que eu vi passar na frente da minha casa, calculei umas 60 pessoas. Era um dia de chuva forte, estando todos eles encharcados, muitos nem tinham agasalhos e levaram o padre para a canônica e colocaram dois homens de sentinela e assim ele ali permaneceu por alguns dias. Depois foi para P. Alegre. Passados alguns dias, ele voltou se instalar em um povoado, chamado Formigueiro, que era a atual Vila Ipê, esperando que os pradenses fossem buscá-lo, como fizeram os colonos, mas ninguém se mexeu.

Não havendo lá apetrechos para o serviço da Igreja, tiveram de carregar algum, de roubar aqui de nossa Igreja.

Por acaso andava por aqui um seminarista em férias, fora do tempo de ser padre, mas ele se dizia doente e então aproveitaram ele (como padre). Ele entretanto, escondia sob uma capa o material para o padre, numa trouxa e pelo mato levava até Formigueiro, para o padre Fasulo. Quem descobriu tudo, foi o Emilio Mondadori. É quem era este seminarista? Era o Caetano Reginato. (2)

Esta história durou alguns meses até que o padre foi embora e não apareceu mais. E as músicas também, pouco a pouco também desapareceram.

A história dos imigrantes termina aqui. Era nos primeiros anos deste século e dali por diante não houve mais nada de interessante (8). E na Guerra de 1914 passou tudo calmo até a revolução de 23. Os colonos não se interessavam (4) pela política e assim mesmo foram obrigados, quem tinha mais que um animal cavalariço dar um para os provisórios e até os filhos dos colonos eles tiravam. O encarregado de ir tirar era o Caetano Reginato.

Aqui na vila também havia um grupo de assistidas que foram perseguidos. Eles não podiam conversar sob pena de apanhar ou cadeia e isto veio a acontecer diversas vezes. Naquele tempo ninguém saía de casa de medo, tanto é que um compadre meu precisava de parteira e veio me chamar para lhe fazer companhia por que tinha medo de ir sozinho.

Aqui estavam acampados um batalhão de provisórios, dos borgistas. Como acabou tudo isto, não soube. Só sei que tinham um Intendente chamado Inocencio Miller que governava este município deste a emancipação em 99, durante vinte e cinco anos e o dia que ele saiu, fizeram festa e foguetório.

Por hoje basta. Se deseja saber mais alguma coisa, me escreva e se for cousa que sei, estarei as suas ordens. (1)

Antonio Prado, 30 de Outubro de 1974.

Pedro Da Poian.

P.S.: Não se ria destes rabiscos que eu nunca estive na escola brasileira e nem quase nada na italiana.

NOTA: Recebi isto no dia do falecimento de minha avó Hildegonda³. Nicanor Letti. Antonio Prado.

Uma primeira análise da carta mostra que Da Poian quer contar uma história, e que segue uma ordem cronológica, realizando recortes ao longo da narrativa. A história resume um período de aproximadamente trinta anos e o objetivo parece ser a explicação da trajetória migrante que vivenciou e as primeiras décadas no Brasil, em especial na localidade de Antônio Prado – RS. Porém, além do ordenamento imposto, voltamos nosso olhar ao “lugar de observação”, isto é a *ordem do discurso*, partindo para a reflexão “dos mecanismos de produção de sentidos (linguístico-históricos) que aí estão funcionando em termos da ordem significante” (ORLANDI, 1996, p. 45). Sob esta perspectiva, pensando na História Cultural, através da carta é possível identificar a construção de identidades e representações pelo emissor, que carrega marcas dos imigrantes italianos da região de imigração italiana do Rio Grande do Sul (RCI/RS).

Além da própria carta, a escolha do editor ao publicá-la posteriormente no momento do centenário já a transforma em um objeto de discussão, visto a importância dada a ela. Outrossim, o jornalista atribui à carta o status de documento histórico, indicando para o leitor que ali encontrava-se uma escrita digna de confiança, tal como era entendido o termo.

Pensamos que entre o lembrar e o esquecer, acontecem fraturas. Na narrativa produzida em carta por Da Poian, há um problema com relação às datas. Da Poian declara ter saído da Itália e chegado ao Brasil, respectivamente em 11 de novembro de 1892 e 25 de janeiro de 1899. No entanto, a família saiu de Sedico em novembro de 1891, juntamente com conterrâneos como a família Pazuch, De Dea, Zanon e outras que também se estabeleceram em Antônio Prado, Rio Grande do Sul, vindos com o vapor Vittoria. Eles desembarcaram no Rio de Janeiro e não em Santos conforme afirmado por Da Poian, na data de 07 de dezembro de 1891 (BERNARDI; TORQUES, 2018). Após ficam dúvidas.

Com relação a chegada em Antônio Prado, o lapso no discurso de Da Poian entre os anos de 1892 até 1899, da vinda até o estabelecimento, pode em parte ser explicado com uma justificação do período que “possivelmente” teriam se aventurado com os fazendeiros paulistas, o que de toda a forma não corresponde aos registros, já que a

chegada foi pelo Rio de Janeiro e após isso predominantemente os imigrantes pegariam um pacote até o Rio Grande do Sul, assim como fizeram as famílias do mesmo vapor, conforme explicado por Bernardi e Torques (2018). Ademais, sabe-se que o seu pai, Giuseppe Da Poian recebeu o lote em 31 de outubro de 1893, na Linha 10 de Julho, em Antônio Prado (COSTA, 2007, p. 862).

Outro rastro que indica a condição de vinda diretamente para o Rio Grande do Sul é o fato de sua irmã Teresa Da Poian ter casado com Giuseppe Baroni em 1895 e ter um filho falecido em 1898. Assim sendo, as datas fornecidas por Da Poian de saída em 1892 e da chegada em 1899, bem como a aventura com fazendeiros paulistas não parecem corresponder ao que a família passou, porém com relação a esta, refletimos que seja uma memória produzida.

Um dos indicadores de que essa memória foi construída externamente é a escrita de memorialistas sobre a imigração como o de Barbosa (1961), que descreve as memórias de José Gelain, que imigra para o Brasil para encontrar sua família que já se vivia na RCI. Assim que chega ao Brasil, pelo porto de Santos, lhe indicam que o caminho ao RS passava por São Paulo, e chegando na casa de Imigração é avisado que, se quisesse seguir viagem ao RS, seria por recursos próprios. Seu relato, que continua com o aviso de imigrantes que ali estavam há mais de dois anos, dá a entender sobre o que ocorriam com quem ia para as fazendas de café “Sem recursos, passando fome e miséria, muitos casais vendiam os parques haveres para não perecerem à mingua” (BARBOSA, 1961, p. 24). Se Da Poian organiza sua experiência, incorporando esses elementos, parece ser para corroborar com uma trajetória semelhante ao de outros imigrantes italianos, sustentando uma representação de bravura, do heroísmo, das muitas dificuldades vencidas e por terem passado por situações adversas ao longo do período migratório.

Desse modo, um ponto de discussão que emerge da carta é a importância dada ao pioneirismo. As produções dos memorialistas, os jornais, as narrativas de memória constantemente apresentam essa preocupação, de serem os primeiros⁴. Assim, o artigo do jornal começa avisando que está reproduzindo na íntegra, pela *primeira vez* aquela carta, identificada como documento histórico. De fato, parece importante o pioneirismo para justificar a posse da terra, a ação de descoberta, a defesa de originalidade e

A questão da invocação do pioneirismo é uma constante entre grupos migrantes no sul do país, para os quais o processo colonizador se reveste de uma aura civilizatória, civilização esta calcada numa

domesticação do espaço e dos processos produtivos em consonância com os modelos trazidos da Europa. A noção de espaço vazio também é uma constante nessas narrativas. Os habitantes locais são invisibilizados, mesmo que vizinhando com os colonizadores, os quais se sentem legitimados para assumir seus postos de donos das terras. (ZANINI, 2007, p. 536).

Possuir “um pedaço de terra” era o maior sonho a ser realizado e garantido. Ilustrando bem esse desejo, temos a palavra terra citada 267 vezes em 36 obras de famílias, escritas por descendentes de imigrantes⁵, ora, sua propriedade significava a liberdade, a independência, os fins dos vínculos com os processos produtivos da Itália, calcado na relação servo e senhor. Tornar-se proprietário representava vencer, ‘conquistar a América’. Logo não parece ser pouco a defesa do pioneirismo visto que a questão da legitimidade da posse da terra normalmente está relacionada ao seu uso efetivo e/ou precursor (GIRON, 2007; BERGAMASCHI, 2007).

Nesse sentido, a construção e cultivo de uma memória através dos diversos registros das sagas dos imigrantes possibilitam a estruturação de uma narrativa que, além de garantir aos descendentes os valores dos antepassados, unir o grupo em torno de uma identidade e ainda aumentar a autoestima dos descendentes por vezes negativamente estigmatizados (GIRON, 2007), também justificaria a legitimidade do controle não só sobre a terra, mas dos rumos políticos da região. Não é demais lembrar que os marcadores identitários são relacionais, simbólicos e “fabricados por meio da marcação da diferença” que produzem sistemas classificatórios, baseados em relações de poder que incluem alguns e excluem outros. A posse da terra inclui os imigrantes no grupo daqueles que venceu, dos pioneiros que, mesmo com muitas dificuldades, venceram. Tal narrativa, repleta de representações, tem ressonância nas comemorações do centenário de imigração italiana, motivo central da publicação da carta que analisamos.

O receptor original da carta é um sujeito não identificado, mas que possivelmente era alguém que o autor era familiarizado, visto que a forma de discurso ao longo da escrita vai mudando, trabalhando de uma perspectiva ampla, transpondo para a detalhada e retornando para o geral. Mesclando a tessitura da narrativa, Da Poian possivelmente queria explicar os fatos para alguém que poderia ser de fora, ou alguém que tivesse pedido algum relato, haja vista que ele ao final da carta se disponibiliza em pormenorizar e explorar outros fatos (1).

Mas ao mesmo tempo este receptor não desconhecia completamente os fenômenos e sujeitos do local, isto é mostrado (2) quando ele não explica em detalhes os sujeitos de que trata, apenas aponta o nome, mostrando que o receptor sabe de quem ele fala. Podemos supor que, por ter o município sofrido um grande êxodo nas primeiras décadas do século XX, o receptor seria um desses migrantes, mas como a carta foi localizada em Antônio Prado, então outra possibilidade é que Da Poian teria a intenção de contar a história para alguém mais jovem que não viveu na época dos acontecimentos que são narrados. Outrossim, poderíamos supor que alguém pediu esse relato em virtude das comemorações do centenário da imigração italiana na RCI, haja vista que ele escreve em 1974, um ano antes do centenário. Nesse tempo da escrita da carta, Da Poian estava com 86 anos e a “recordação tende a objectivar-se numa narrativa coerente que, em retrospectiva, domestica o aleatório, o casual, [...] atuando como se, no caminho, não existissem buracos negros deixados pelo esquecimento” (CATROGA, 2001, p. 46).

O que implica, de toda a forma, uma memória que também não foi produzida por ele, já que narra acontecimentos anteriores, vividos quando Da Poian tinha quatro anos de idade. Halbwachs (1990) chama isto de “lembranças simuladas” que seriam acontecimentos evocados por outros sujeitos e incorporados pela memória de quem os recebe. Nesse sentido, em muito contribuíram as festividades sobre a imigração e a produção agrícola na região, um exemplo são as festividades da vindima como a Festa da Uva em Caxias do Sul, que desde 1932, na sua segunda edição, já contava com desfile que narrava a saga dos imigrantes (ERBES, 2000).

E como um dos mais significativos marcadores identitários foi o Cinquentenário da Imigração Italiana em 1925, que, através de seus eventos comemorativos e posterior publicação, solidificou o discurso do imigrante trabalhador, ordeiro e católico; ou ainda os contos publicados no jornal *Stafetta Riograndense*, de circulação na RCI, entre 1924 e 1925 de *Nanetto Pipetta*, personagem fictício que passa por muitas desventuras na sua vinda da Itália e primeiros anos na nova terra⁶ (PEROTTI, 2007). Como esperado daquele que informa sobre seu passado, que também é o passado coletivo, como ancião da comunidade assume, na escrita, sua posição de representante, comunicando e reafirmando uma história passada. Um porta voz do passado, um sujeito da história vivida, lembrada e narrada por meio da carta, mas repleta de esquecimentos, representações e jogos de poder e saber.

A carta é dividida em duas partes, no primeiro trecho, ele narra os fatos que ele vivenciou, da epopeia da família, desde sua saída da Itália até a chegada em Antônio

Prado, já na segunda parte, seleciona acontecimentos sobre localidade de Antônio Prado, contexto e grupo social. Primeiramente, apesar de separa-la em duas partes, para contar a sua vida e os acontecimentos em Antônio Prado, é possível notar que ambas se entrelaçam, mostrando o meticoloso *trabalho da memória* (PAYER, 2009, p. 37), da junção e impossibilidade de considerar esta uma produção construída somente pelo individual.

A mesma divisão mostra uma tentativa de organizar a narrativa para o receptor, bem como a própria forma que os acontecimentos são apropriados pelo autor: embaixador de um passado longínquo por ele experienciado e arauto de um passado citadino em que ele mais observou do que viveu. A enunciação do primeiro trecho é marcada pelo sujeito apresentando elementos que denotam certeza, como a utilização de verbos utilizados no pretérito perfeito **(3)**. Da Poian sabe o que diz, estava presente, descreve e narra, criando um efeito de aproximação com o receptor, ademais “fatos vividos reclamam sentidos e os sujeitos se movem entre o real da língua e o da história, entre o acaso e a necessidade, o jogo e a regra, produzindo gestos de interpretação” (ORLANDI, 2003, p. 68) que são explicitados no discurso.

Em contraponto, no segundo trecho, apesar de utilizar por vezes o pretérito perfeito, o emprego de verbos no pretérito imperfeito, chama a atenção **(4)**, o que mostra um distanciamento de alguns fatos ocorridos. É como se dissesse: estou presente, mas não é vinculado à minha pessoa; principalmente no que tange aos eventos conturbados, em alguns casos a utilização do pretérito perfeito está subentendida ou precedida pela designação “eles” ou “deles” **(5)**, (aquele) “grupo”, através deste entendimento é possível notar que ele procurou explicar a sua história, afirmando a sua identidade e buscando uma “neutralidade” no discurso quando os elementos eram de esfera coletiva.

Nesse mesmo sentido, em se tratando do discurso, a questão que também se coloca é frente a língua materna de Da Poian, imigrante que possivelmente cresceu fazendo uso da língua italiana e/ou do dialeto e que não é apresentada no discurso, mostrando de certo modo um silenciamento, desta forma compreendemos que “a língua apagada guarda um lugar no sujeito, como língua “apagada” mesmo” (PAYER, 2009, p. 39). Conforme apontado pela mesma autora, a reflexão não é direcionada para a preservação, mas que a compreensão da língua no processo discursivo emerge “os modos de funcionamento da resistência, suas marcas no sujeito” (PAYER, 2009, p. 39) e da sua constituição como sujeito ítalo-brasileiro.

Na primeira parte, a narrativa segue uma estrutura comumente encontrada em relatos de imigrantes⁷ que, exceto por excluir a viagem nos vapores, destacam as adversidades sofridas. Relata o quase engano de ir para as fazendas de café, algo que era visto como muito pior, diante da possibilidade de trabalhar em condições ruins para um ‘senhor’⁸, do que ter a sua própria terra na região sul. Também constantemente lembrada, a estadia no barracão, que era uma casa de passagem entre a hospedaria central da colônia e os lotes, onde outros infortúnios ocorriam, como no caso de Pedro da Poian, que relata as doenças e morte de crianças, e ainda culpabiliza os poloneses pelo ocorrido. A tensão entre imigrantes poloneses e italianos narrada por Da Poian se assenta nas marcações de diferença, eu [italianos] em contraposição a eles [poloneses]. Demarca o pertencimento ao grupo de italianos e coloca em evidência “e foi, eram suspeitos” primeiro com a afirmação, depois a dúvida a culpa dos ‘polacos’. As tensões na convivência entre o grupo acabaram por provocar a saída do local da maioria das famílias polonesas que reemigraram para a região do Alto Uruguai, no noroeste do Rio Grande do Sul (PAZUCH, 2015).

É certo que chama atenção a diferenciação que Da Poian faz entre os grupos, elemento presente ao longo do discurso, principalmente pela designação utilizada, que estabelece a relação do nome com as coisas (GUIMARÃES, 2015), neste caso dele com o “outro”, como quando escolhe designar “aqueles imigrantes”, “eles”, “os polacos”, demonstrando não simples preconceito étnico, mas também a defesa de uma identidade que assinalaria o direito àquela terra⁹. Sobre a questão do direito à terra e dessa forma de chamar os “outros”, fica clara também na menção de brigas com os caboclos.

Da Poian realiza uma série de escolhas, contar sujeitos, espaços e tempos por um determinado ponto de vista, a partir disso é possível pensar nas práticas culturais e os laços de sociabilidade entre os sujeitos que habitam esta localidade, trazendo através do discurso a construção de significados e experiências cotidianas neste tempo e local pela sua trajetória individual e coletiva, como é o caso do trecho da total obediência dos sujeitos ao Padre (6). Assim, pelo discurso de Da Poian é possível começar a pensar a articulação entre os discursos e práticas, que é um dos principais desafios da História Cultural, visto que a realidade não é externa ao discurso, mas sim é construída na e pela linguagem e assim, os interesses sociais também não são uma realidade pré-existente, mas resultado de uma construção simbólica e linguística, considerando que toda a prática situa-se na ordem do discurso (CHARTIER, 2010).

A inferência realizada pelo redator do jornal, sobre a construção da Praça Garibaldi (7), única ao longo de toda a carta, confirma o discurso produzido por Da Poian e conduz a uma representação coletiva sobre a responsabilidade da Praça. Além de reafirmar que é de todos já que os seus antecedentes o teriam construído, lembra que o foi de forma *ádua*, direcionado aos mais jovens para que ela seja preservada, criando uma ideia de identidade coletiva, além de reforçar a questão constantemente lembrada nos descendentes da imigração sobre o valor do trabalho.

Refletimos sobre a materialidade discursiva deste *corpus* quando assumimos Chartier em que afirma “um ‘mesmo’ texto, fixo em sua letra, não é o ‘mesmo’ se mudam os dispositivos de sua inscrição ou de sua comunicação” (2002b, p. 256). Sobre esta questão, é necessário pensar na circulação da carta então divulgada pela imprensa e a importância dada a este documento escolhido para fixar as comemorações do centenário da localidade, ademais, percebe-se a chamada *relação de forças* explicada por Orlandi (2003, p. 39) em que “o lugar a partir do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz”, mostrando uma autoridade deste emissor ao dar crédito à ele narrar a história do local e da forma em que é exposto, legitima a memória que se quer preservar e é apropriada pelos pradenses como a sua identidade social, sendo esta memória assumida pelo coletivo, reafirmando a identidade e cultura do grupo.

Ao longo de todo o discurso são explorados pontos conturbados, brigas, revoltas e situações atípicas, a questão que se põe é se Da Poian soubesse da ampla divulgação da carta, teria exposto estas informações? Ou o próprio objetivo aqui seria registrar a memória coletiva destes momentos? Esta última questão vem à tona quando ele trabalha ao final falando que não houve nada mais interessante (8), mas o que era interessante para ele? De fato, a seleção mostra que pontos incomuns marcam a memória, que a escrita reafirma uma narrativa que se deseja instituir como a história, afirmando referências para as identidades e sinalizando para representações compartilhadas.

Considerações finais

Das discussões apresentadas é possível refletir que o discurso produzido pela carta revela de forma simbólica as representações, as memórias de um grupo, elucida as identidades que permeiam o meio social, sendo que a análise visou trazer alguns dos elementos possíveis à discussão, tendo em vista que, conforme pontuado por Orlandi (2003) a análise de discursos é inesgotável. Essas representações foram apropriadas pelo

emissor Da Poian, sendo transmitidas através da escrita em um processo de reelaboração delas a partir de sua memória. Assim, como destaca Chartier (1991, p. 183), ao considerar “o recorte social objetivado, como a tradução do crédito conferido à representação que cada grupo dá de si mesmo, logo a sua capacidade de fazer reconhecer sua existência a partir de uma demonstração de unidade”. Percebemos que, pela publicação do jornal elas são reafirmadas como representações coletivas e identidades que, por sua vez, são apropriadas pelos leitores. E neste caso, nos trouxeram pontos sobre os conceitos explorados dentro da temática, pois é preciso, ainda segundo Chartier (1991), que

Cada série de discursos seja compreendida em sua especificidade, ou seja inscrita em seus lugares (e meios) de produção e suas condições de possibilidade, relacionada aos princípios de regularidade que a ordenam e controlam, e interrogada em seus modos de reconhecimento e de veridicidade. (CHARTIER, 1991, p. 187)

A análise do discurso sobre o documento, a partir dos seus referenciais próprios, com o auxílio dos referenciais da História Cultural, permitem a observação acurada e profunda da carta, reiterando a multiplicidade de representações constituídas pelas práticas de elaboração do discurso, do autor na sua organização e escrita, do jornalista e do jornal, na seleção e publicização e nas possibilidades de recepção do mesmo pelos leitores. A carta permite entrever ‘estratos do tempo’, pois “diferentes velocidades, acelerações ou atrasos [marcam], tornando visíveis os diferentes modos de mudança, que exibem grande complexidade temporal” (KOSELLECK, 2014, p. 22).

Desse modo, mostrando que as reflexões produzidas oportunizam a compreensão de como as representações são construídas e apropriadas pela divulgação de um registro de discurso, que ao ser selecionado, reafirma o que se quer dizer de si, da comunidade, da sua história e do seu passado.

Referências

A FEDERAÇÃO: Orgam do Partido Republicano (RS). Porto Alegre, ano 26, n. 215, p. 1, 16 set. 1909.

ALVIM, Zuleika M. F. *Brava gente! Os italianos em São Paulo. 1870 – 1920*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986.

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE ANTÔNIO PRADO. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 9 de Novembro de 1915 e Lei do Orçamento para o Exercício de 1916. Innocencio de Mattos Miller. Porto Alegre: Oficinas Graphicas da Casa de Correção, 1916.

ARQUIVO DA PARÓQUIA DE ANTÔNIO PRADO. Livro de assento de óbitos - 1. p. 12.

BERGAMASCHI, Heloísa D. Eberle. Propriedade: identidade e cultura regional. In: GIRON, Loraine Slomp; RADÜNZ, Roberto (orgs). *Imigração e cultura*. Caxias do Sul, RS: Educs, 2007.

BERNARDI, Manuela Ciconetto; TORQUES, Caio Vinicius. *Família Zanon: História e descendência dos imigrantes Luigi e Domenica*. Porto Alegre: Evangraf, 2018.

BIAVASCHI, Márcio Alex Cordeiro. Coronelismo na região colonial italiana: Antônio Prado (1903-1928). In: *Historiae*, Rio Grande, v.2, n. 3, p. 171-186, 2011. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/2617/0>. Acesso em: 31 mar. 2020.

BARBOSA, Fidélis Dalcin. *Semblantes de Pioneiros: vultos e fatos da colonização italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Livraria Sulina, 1961.

BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: EdUNESP, 1992.

CARTOGRA, Fernando. Memória e história. In: PESAVENTO, Sandra J. (org). *Fronteiras do Milênio*. Porto Alegre: ED. UFRGS, 2001, p. 43 – 69.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. 1 Artes do fazer. 8 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. 2. ed. Rio de Janeiro: Difel, 2002a.

CHARTIER, Roger. *A beira da falésia: a história entre incertezas e inquietudes*. Porto Alegre: UFRGS, 2002b.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estud. av.*, São Paulo, v. 5, n. 11, p. 173-191, jan./abr. 1991. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141991000100010&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 20 set. 2019.

CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. (trad. Cristina Antunes), 2. ed. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2010.

COSTA, Rovílio. *Povoadores de Antônio Prado*. Porto Alegre: EST, 2007.

ERBES, Luiz Carlos. *A alma de um povo: sete décadas de Festa da Uva*. Caxias do Sul, RS: Maneco Livraria & Editora, 2000.

GIRON, Loraine Slomp. Identidade: regiões e valores. GIRON, Loraine Slomp; RADÜNZ, Roberto (orgs). *Imigração e cultura*. Caxias do Sul, RS: Educs, 2007.

GUIMARÃES, Eduardo. Espaço de enunciação, cena enunciativa, designação. *Fragmentum*, [S.l.], n. 40, p. 49-68, mar. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/fragmentum/article/view/17264/10431>. Acesso em: 18 abr. 2020.

GUZZO, Valdemir; DOTTI, Corina Michelin. *Antônio Prado, 1936: as ocorrências de 25 de maio*. 1998. Monografia (Especialização em História Regional: o homem e a cultura) - Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 1998.

HALBWACHS, Maurice. *Memória coletiva*. Tradução de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1990.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HUNT, Lynn. *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

IONTA, Marilda Aparecida. *As cores da amizade na escrita epistolar de Anita Malfatti, Oneyda Alvarenga, Henriquetta Lisboa e Mario de Andrade*. 2004. 303 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/279926>. Acesso em: 4 jun. 2020.

KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo: estudos sobre História*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2014.

LA TRASMIGRAZIONE II. La Libertà. Garibaldi, ano 1, n. 50, p. 1, 19 fev. 1910.

LE GOFF, Jacques. A história nova. In: LE GOFF, Jacques (org.). *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1990. p. 25-64.

NORA, Pierre; AUN KHOURY, Tradução: Yara. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, [S.l.], v. 10, São Paulo, dez. 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101/8763>. Acesso em: 22 abr. 2020.

ORLANDI, Eni P. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. São Paulo: Pontes, 2003.

ORLANDI, Eni P. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

PAYER, Maria Onice. O trabalho com a língua como lugar de memória. *Synergies Brésil* n. 7, 2009. p. 37-46. Disponível em: <https://gerflint.fr/Base/Bresil7/payer.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2020.

PAZUCH, Giovane. *Imigração italiana na colônia de Antônio Prado - RS: catolicismo e sociabilidades (1885-1945)*. 2015. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia

Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/12901>. Acesso em: 22 jan. 2019.

PEROTTI, Tânia. *Nanetto Pipetta: modos de representação*. 2007. Dissertação (Mestrado em Letras e Cultura Regional) – Universidade de Caxias do Sul, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ucs.br/xmlui/handle/11338/242>. Acesso em: 04 maio 2020.

PETROCCHI, L. Le colonie italiane del distretto di Bento Gonçalves (Rio Grande do Sul). BE. p. 15-16, 1904. In: HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti; ROMANATO, Gianpaolo. *Fontes Diplomáticas: Documentos da imigração italiana no Rio Grande do Sul*. Tomo II. 2017. Disponível em: <https://www.ucs.br/site/editora/e-books/historia-e-imigracao/>. Acesso em: 04 abr. 2019, p. 379-380.

REVEL, Jacques. Cultura, culturas: uma perspectiva historiográfica. In: REVEL, Jacques. *Proposições*. Ensaios de História e Historiografia. Rio de Janeiro: edUERJ, 2009.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina. Um olhar antropológico sobre fatos e memórias da imigração italiana. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 521-547, out. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132007000200009&lng=en&nrm=iso. Acesso em 17 abr. 2020.

¹ No que se refere as frentes de colonização, o êxodo foi tão grande que municípios inteiros foram formados por pradenses, a exemplo de Sananduva.

² Cf. PAZUCH, 2015, p. 84. / O município admite esta lenda e a conserva até hoje na memória coletiva. Usando-a como justificativa para o atraso no seu desenvolvimento.

³ Com relação a Hildegonda Letti, que recebeu a carta original, não foram localizadas relações familiares entre a mesma e a família Da Poian, porém, sabe-se que ambas famílias moravam na sede de Antônio Prado, exercendo atividades comerciais e a família Letti corroborou de forma memorialística com escritos e informações do local, o que mais uma vez poderia sustentar a carta como um escrito a pedido e para as comemorações do centenário.

⁴ Entre os exemplos que podemos citar está no maior jornal de Caxias do Sul que chama-se “Pioneiro”, Fidélis Dalcin Barbosa escreve um livro sobre a imigração italiana chamado “Semblantes de Pioneiros”; recorrentemente, nos livros de memorialistas há uma preocupação em nomear os primeiros chegados, os primeiros a construir um hotel, um armazém, uma oficina, a primeira igreja, a primeira escola, etc.

⁵ Obras escritas entre os anos de 1975 e 2000, analisadas pelo projeto de pesquisa “Identidade e cultura regional” desenvolvido pela pesquisadora Dra. Loraine Slomp Giron.

⁶ E que ganhou estátua nos anos 2006 nos pavilhões da Festa Nacional da Uva em Caxias do Sul – RS.

⁷ Semblantes de Pioneiros de Fidélis Dalcin Barbosa, Vita e stória de Nanetto Pipetta, de Aquiles Bernardi são exemplos, pois se baseiam em relatos de imigrantes.

⁸ Com relação a história dos imigrantes em São Paulo há uma diversidade de situações e condições. O trabalho em parcerias nas fazendas, o trabalho urbano na indústria, comércio e serviços, a posse de pequenas propriedades. A representação anunciada na carta de Da Poian dá a ver um sentido fixado numa condição que quer privilegiar aqueles que vieram para o sul, em detrimento dos que ficaram em São Paulo ou outras regiões do sudeste. Um clássico estudo sobre a imigração italiana em São Paulo, dentre os muitos estudos, é o de Alvim (1986).

⁹ O caso das doenças e morte de poloneses é bem documentado, a sua mortandade e a causa da mesma que teria várias interpretações, expressa em uma série de reportagens publicadas no jornal Pioneiro, de 13 a 23 de março de 2000.

Artigo recebido em 29 de junho de 2020.

Aceito para publicação em 24 de setembro de 2020.